

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL**

**THE CHALLENGES OF INCLUDING CHILDREN WITH AUTISM IN THE  
EDUCATIONAL CONTEXT**

**Cezar Augusto Pereira Alves**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [razec116@gmail.com](mailto:razec116@gmail.com)

**Gabriel Meira de Souza**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [gabrielmeira77@gmail.com](mailto:gabrielmeira77@gmail.com)

**Jaysla Guedes Carminate**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [carminatejaysla@gmail.com](mailto:carminatejaysla@gmail.com)

**Jemima Xavier Chaves**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [jemimaxch1006@gmail.com](mailto:jemimaxch1006@gmail.com)

**Kamylla Lima Galvão**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [kamyllalima8l@gmail.com](mailto:kamyllalima8l@gmail.com)

**Letícia Suprani Silva**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [leticiasuprani@hotmail.com](mailto:leticiasuprani@hotmail.com)

**Moniele Nascimento Sousa**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [monielesousa01@gmail.com](mailto:monielesousa01@gmail.com)

**Sheila Evangelista Prates**

Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [sheilaprates3@gmail.com](mailto:sheilaprates3@gmail.com)

**Aline Pinheiro Lima Camargo**

Mestre em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil  
E-mail: [profalinelimacamargo@gmail.com](mailto:profalinelimacamargo@gmail.com)

## RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista tem se tornado cada vez mais visível, principalmente no contexto educacional, onde a inclusão de crianças com esse transtorno é um tema de grande relevância. A educação inclusiva, que busca atender a todos os alunos, independentemente de suas diferenças, é um direito consagrado por legislações nacionais e internacionais, no entanto, sua aplicação enfrenta diversos desafios, especialmente para essas crianças que frequentemente apresentam características como dificuldades na comunicação e interação social, interesses restritos e comportamentos variados, o que pode complicar sua integração no ambiente escolar. A abordagem educacional adequada é essencial para proporcionar uma melhor qualidade de vida para esses alunos, mas o processo de inclusão é repleto de dificuldades para educadores e famílias. A necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e adaptadas é fundamental, embora o sistema educacional muitas vezes não esteja preparado para essas adaptações e as políticas públicas de inclusão, embora existentes, muitas vezes não se refletem na prática cotidiana, levando a problemas como a falta de formação específica para os professores e barreiras institucionais que afetam diretamente a aprendizagem das crianças com autismo. Este estudo visa identificar os principais obstáculos à inclusão de crianças com autismo nas escolas e propor soluções para superar esses desafios. A pesquisa foca na análise das barreiras enfrentadas, no papel dos professores e na elaboração de recomendações para aprimorar as práticas pedagógicas e o objetivo é contribuir para o desenvolvimento de estratégias que assegurem uma inclusão escolar mais efetiva, promovendo uma educação mais justa e acessível para todas as crianças.

**Palavras-chave** Autismo. Inclusão. Escola. Professores.

Originalmente este foi um trabalho acadêmico, apresentado em 2023 por esse grupo, como requisito parcial para obtenção de nota no semestre do curso de Direito, tendo como professora Aline Pinheiro Lima Camargo.

## ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) has become increasingly visible, particularly in the educational context, where the inclusion of children with this disorder is a highly relevant topic. Inclusive education, which aims to serve all students regardless of their differences, is a right enshrined in national and international legislation. However, its implementation faces numerous challenges, especially for children with ASD who often present characteristics such as difficulties in communication and social interaction, restricted interests, and varied behaviors, which can complicate their integration into the school environment. An appropriate educational approach is essential for providing a better quality of life for these students, but the inclusion process is fraught with difficulties for educators and families. The need for flexible and adapted pedagogical practices is fundamental, although the educational system is often not prepared for these adaptations. Public inclusion policies, although existing, frequently do not reflect in everyday practice, leading to issues such as the lack of specific training for teachers and institutional barriers that directly impact the learning of children with autism. This study aims to identify the main obstacles to the inclusion of children with autism in schools and propose solutions to overcome these challenges. The research focuses on analyzing the barriers faced, the role of teachers, and developing recommendations to improve pedagogical practices, with the goal of contributing to the development of strategies that ensure more effective school inclusion, promoting a fairer and more accessible education for all children.

**Keywords:** Autism. Inclusion. School. Teachers.

## 1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido como TEA, tem ganhado cada vez mais visibilidade nas últimas décadas, especialmente no que se refere à sua inclusão no sistema educacional, portanto compreender os desafios enfrentados por crianças com autismo no ambiente escolar é de suma importância para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes uma vez que a educação inclusiva, que visa atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, é um direito garantido pela legislação brasileira e internacional, mas sua implementação enfrenta obstáculos significativos, especialmente para essas crianças. Portanto, o autismo pode deter de características bem específicas, sendo elas a falta de interesse com o que está acontecendo ao seu redor socialmente, adversidades em compreender sinais e símbolos, fazendo com que a comunicação fique prejudicada, causando assim desinteresse em alguns assuntos. Vale ressaltar que pessoas diagnosticadas com TEA tem modelos de comportamentos variados, podendo ter ou não sinais repetidos, concentração específica, interesse por um único assunto ou até mesmo dificuldade em ser sociável sem causar um estresse profundo. (PAPALIA e OLDS, 2000). É importante compreender que a intervenção da área educacional de maneira assertiva e adequada nesse processo é de extrema importância para trazer uma melhor qualidade de vida, principalmente quando o assunto é a inclusão, entretanto, esse processo é desafiador para todos os envolvidos, desde a família até os professores, uma vez que é necessário realizar e buscar novas práticas que correspondem as necessidades individuais de cada um dentro de um sistema que, nem sempre, é flexível. A relevância deste trabalho está fundamentada na necessidade de promover uma educação inclusiva que atenda às especificidades das crianças com autismo, garantindo-lhes não apenas o acesso à escola, mas também a possibilidade de um desenvolvimento pleno dentro do ambiente educacional, uma vez que embora existam políticas públicas e normativas que visem à inclusão escolar, a realidade vivenciada por muitas crianças com autismo revela a distância entre a teoria e a prática, como dificuldades de adaptação curricular, falta de capacitação dos profissionais e preconceitos mostrando como essas barreiras impactam diretamente no processo de aprendizagem dessas crianças. O problema desta pesquisa está baseado na seguinte questão norteadora: quais são os principais desafios enfrentados por crianças com autismo no contexto educacional e como eles podem ser superados para promover uma inclusão escolar efetiva? Seguindo da hipótese levantada que se baseia no entendimento de que esse contexto está inserido na falta de formação adequada dos profissionais da educação e as insuficiências de políticas de suporte dentro das escolas contribuem para a exclusão dessas crianças ou para a inclusão de maneira inadequada. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios enfrentados por crianças com autismo e propor estratégias para uma inclusão mais eficaz, tendo como objetivo principal identificar as principais barreiras à inclusão escolar de crianças com autismo, avaliar o papel dos professores no processo de inclusão e propor recomendações para a melhoria das práticas pedagógicas voltadas para crianças com TEA. Ao discutir esse tema, busca-se contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que possam melhorar a experiência educacional dessas crianças, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. O trabalho foi desenvolvido em oito capítulos para poder trazer, da melhor maneira, um melhor entendimento a respeito do assunto para que o leitor possa desenvolver a sua opinião a respeito do tema tratado.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 UM BREVE CONHECIMENTO SOBRE A DESCOBERTA DO AUTISMO**

Segundo Silva, Gaiato & Reveles (2012), o termo autismo teve sua origem através da palavra grega “autos” que tinha por significado “próprio”. Ainda de acordo com as autoras, o pioneiro a usar essa palavra foi Eugen Bleuler, famoso psiquiatra, em 1911, quando quis definir uma particularidade específica de pessoas que possuíam esquizofrenia, alertando sobre o isolamento da sociedade e pessoas a sua volta que eram descritas nos pacientes. Mais para frente, por volta de 1943, Leo Kanner, também psiquiatra, notou e redigiu um estudo a respeito de um grupo seletivo de onze crianças que possuíam atitudes e comportamentos diferenciados. (apud GAUDERER, 1993). Ainda segundo o autor, Kanner percebeu que existia um padrão nos sintomas, entre eles estavam a inaptidão de possuir um relacionamento com outras pessoas, a falta de fala ou maneiras próprias de se comunicarem e ansiedade em manter a rotina e os

ambientes organizados. O autor Gauderer (1993) mencionou que em 1911, Bleuler nomeou esse comportamento como Esquizofrenia Infantil e acreditava-se que o autismo era a primeira fase para a esquizofrenia. Por volta de 1952, Mahler, definiu como Psicose Simbiótica, relacionando o motivo da doença a relação de mãe e filho e ao longo dos anos existiram inúmeros estudos para definir o autismo ou até mesmo delimitá-lo, entretanto foi na década de 80 que o Transtorno de Espectro Autista pode ser reconhecido como, de fato, um transtorno e não como um estágio precoce da esquizofrenia. Sendo assim, houve uma ampliação do leque em relação aos estudos da doença e puderam também ser entendidas maneiras de inclusão específicas e por meio dessa reviravolta, o autismo começou a ser entendido como uma síndrome e não mais uma psicose, como antigamente. De acordo com Bosa (2002), nota-se que depois dos anos 80 houve uma verdadeira mudança em relação ao autismo, pois não foi mais considerado psicose no DSM III, DSM III – R e CID – 10 e começou a participar do grupo de Transtornos Globais de Desenvolvimento. Quando DSM – V é originado em 2013 surgiu o Transtorno de Espectro Autista, conhecido como TEA. Segundo o American Psychiatric Association (2014), o DSM V define que o autismo acarretar os seguintes sintomas:

a) Problemas de interação social ou emocional alternativo – Isso pode incluir a dificuldade de estabelecer ou manter o vai e vem de conversas e interações, a incapacidade de iniciar uma interação e problemas com a atenção compartilhada ou partilha de emoções e interesses com os outros. b) Graves problemas para manter relações – Isso pode envolver uma completa falta de interesse em outras pessoas, as dificuldades de jogar fingir e se engajar em atividades sociais apropriadas à idade e problemas de adaptação a diferentes expectativas sociais. c) Problemas de comunicação não verbal – o que pode incluir o contato anormal dos olhos, postura, expressões faciais, tom de voz e gestos, bem como a incapacidade de entender esses sinais não verbais de outras pessoas. **Comportamentos repetitivos e restritivos são:** a) apego extremo a rotinas e padrões e resistência a mudanças nas rotinas; b) fala ou movimentos repetitivos; e c) interesses intensos e restritivos. Dificuldade em integrar informação sensorial ou forte procura ou evitar comportamentos de estímulos sensoriais.

Por fim, no ano de 2007, em dezembro, a ONU (Organização das Nações Unidas) deliberou a comemoração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo em 02 de abril, sendo celebrado pela primeira vez em 2008 e trazendo temas importantes para serem abordados, como a inclusão.

## 2.2 A INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em meados dos anos 90 existiram inúmeras mudanças na política de ensino da educação brasileira e foi nesse momento que começou a surgir a palavra inclusão dentro do contexto escolar, que trouxe boas novas para aquelas que acreditavam na educação especial. Garcia e Michels (2011, p. 106) descrevem que:

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990).

Ainda de acordo com os autores, naquele momento a situação do país era diferente por encontrar-se em uma mudança política, visando o governo democrático, a liberdade e, principalmente, a dignidade. De acordo com Hypolitto (2014), nesse mesmo período ocorria, em 1990, a primeira Conferência Mundial de Educação para Todos onde foi debatido a importância sobre as necessidades básicas para que todos tenham acesso a aprendizagem, sem exceção. No que dizia respeito à Educação Especial foi falado das atitudes e diligências que asseguravam a educação para todo aluno com qualquer tipo de deficiência, sustentando assim seu direito a frequentar um ensino regular. Assim, após quatro anos da Conferência, em 1994 surge a Declaração de Salamanca que tinha por objetivos falar a respeito do “princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.” (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca acredita e proclama que, toda criança tem direito fundamental a educação, e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de educação; toda criança possui interesses, características, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; [...] escolas regulares que possuam orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. [...] Congrega todos os governos e demanda que eles atribuam a mais alta prioridade política ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais (UNESCO, 1994 apud BARETTA e CANAN, 2012, p. 20-30).

Esse registro documental surgiu para que pudesse ser atestado e explanado a todos os países a importância de políticas voltadas para a educação que chegassem a todos de maneira justa e trazia também a necessidade de inclusão social e educacional de pessoas portadoras de qualquer deficiência. (SANTOS e TELES, 2014). Sendo assim, a Declaração de Salamanca começou a ser um norte e uma referência para a criação de medidas sociais e públicas no campo da educação inclusiva. Segundo Libâneo (2012), no Brasil, em 2008, surge a Política Nacional da Educação Especial (PNEE), com os olhos voltados para a educação inclusiva onde se transforma o olhar da educação especial nas escolas acrescentando nas aulas de estudante com deficiência métodos que facilitem o acesso, a persistência e a interação com o restante da classe, fazendo com que o mesmo tenha autonomia e dinâmica no dia a dia. Em relação aos marcos históricos e normativos, a Política Nacional da Educação Especial diz que:

Historicamente a escola tem um caráter de exclusão legitimada, ou seja, apenas um grupo privilegiado consegue ter acesso à escola e permanecer na mesma até a sua conclusão. Partindo deste pressuposto a escola é um lugar de inclusão/exclusão, que opera na regulação e

produção de desigualdades. Para àqueles que foram excluídos da escola comum criaram-se escolas de educação especial. Esta educação especial está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual é reforçado o atendimento especial às pessoas com deficiência. Na Constituição Federal de 1988 está posto que é necessário “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV), e em outros artigos legisla que a educação é um direito de todos, com igual oportunidade de acesso e permanência, igualdade à todos no ensino comum. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).” (MEC/SECADI, 2008)

Sendo assim, não pode existir, de forma alguma, uma diferença entre pessoas dentro do processo de ensino-aprendizagem, pois a entrada para educação é certificada por lei através do Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 que diz “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” e o Artigo 208 da CF de 1988 que permite que todos as pessoas que sejam declaradas com deficiência ou necessidades especiais possuam acesso à educação dentro do ensino regular. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, Cassales, Lovato e Siqueira (2011), concluíram que através de todas as diretrizes e políticas públicas é muito importante que o docente esteja preparado e tenha recursos necessários para atender as carências de cada aluno sendo imprescindível que todos os professores possuam a formação correta para lidar corretamente com todos os percursos no caminho que surge na educação inclusiva.

### **2.3 O AUTISMO NO BRASIL: RECONHECIMENTO E LEGISLAÇÃO**

Considerado como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o dia 02 de abril, comemora a importância da inclusão e debate de melhorias para as pessoas que possuem o transtorno de todo o mundo e apesar de ser bem recente essa inclusão, foi apenas em 2012 que os autistas puderam ter tido seus direitos garantidos no Brasil. De acordo com Silva (2009), com as informações dadas pelo Centro de Doenças Controle e Prevenção dos Estados Unidos, é possível detectar que a cada 110 crianças que nascem, pelo menos uma tem autismo, portanto, dessa maneira, o Brasil tendo cerca de 203 milhões de habitantes, segundo CENSO de 2022, é possível que em torno de duas milhões de crianças possuam o transtorno. Entretanto, apesar do número alto, os brasileiros autistas possuem dificuldades na busca de um tratamento que se adeque a suas limitações. Compreender as leis que protegem os autistas é fundamental e embora ainda não exista um modelo único para garantir a inclusão dessas pessoas em todas as áreas, a existência de diretrizes que facilitem esse processo é essencial, pois elas abrem o caminho para uma inclusão mais eficaz e estruturada, tornando a jornada mais acessível e menos desafiadora. O conhecimento de privilégios dados para pessoas que se encontram em circunstâncias indefesas nem sempre são asseguradas por lei. Focando no autismo, essas vantagens e direitos precisam ser voltados para cada particularidade em específico, voltado para área da educação, inclusão, saúde básica ou assistência social. De acordo com Fiamenghi e Messa (2007), quanto mais artigos, pesquisas e estudos foram feitos a respeito do tema mais serão criadas políticas e diretrizes possíveis para atendê-los da

melhor forma. Segundo Camargos (2002), no Brasil, o reconhecimento formal do autismo começou a ganhar visibilidade no final do século XX, quando movimentos sociais e associações de pais e especialistas começaram a demandar por maior atenção às necessidades das pessoas com autismo, pois até então, o autismo era muitas vezes mal compreendido e diagnosticado de forma imprecisa, o que dificultava a inclusão dessas pessoas em diversos aspectos da vida social e educacional. As leis voltadas para o TEA estão conjecturadas na Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que está em ação desde 2012. Com base nas informações contidas no site da Associação Brasileira de Autismo, em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana, e foi através dela que o transtorno começa a ter mais visibilidade no país. O Artigo 3º prevê por lei os seguintes direitos:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

Esta lei estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e garante que as pessoas com autismo sejam reconhecidas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, isso significa que elas têm direito a todas as políticas públicas destinadas a pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação inclusiva, saúde, trabalho, e assistência social.

Além da Lei Berenice Piana, outras legislações importantes também foram implementadas para proteger e incluir as pessoas com TEA, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), de 2015, reforça os direitos de inclusão em diversas esferas, como no acesso à educação e ao mercado de trabalho que também determina a obrigatoriedade da adaptação de espaços públicos e privados para garantir acessibilidade. (CARVALHO, 2013).

Ainda segundo o autor supracitado, apesar dos avanços legislativos, a implementação dessas leis enfrenta desafios significativos. Muitas escolas, por exemplo, ainda carecem de formação adequada para professores e profissionais de apoio que possam atender às necessidades específicas de crianças com autismo. Além disso, o acesso a serviços de saúde especializados é desigual, com uma concentração desses serviços nas grandes cidades e uma ausência quase total em áreas mais afastadas e menos favorecidas economicamente.

Outro obstáculo é o preconceito e a falta de conscientização da sociedade em geral uma vez que apesar de a legislação existir, a falta de informação sobre o autismo entre a população muitas vezes limita o impacto dessas políticas. É importante ressaltar que a desinformação contribui para o isolamento social das pessoas com TEA e de suas famílias, além de dificultar sua inserção no mercado de trabalho e em outras áreas da vida.

## **2.4 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO**

A instituição escolar que nós vivemos até os dias atuais precisa ser estudada para englobar a todos, entretanto, sabe-se que apesar dos avanços, é preciso estar sempre buscando novas maneiras de incluir todas as pessoas no ensino regular. A constituição garante que a educação é um direito de todo cidadão, ou seja, a inserção do aluno que possui autismo dentro do ensino regular é amparada por lei, como é citado na Lei de Diretrizes e Bases que fala a respeito da educação especial e é sabido que a educação inclusiva é de extrema importância, pois possibilita a

ampliação da convivência social do autistas e assegura que cada ser humano, com deficiência ou não, seja parte de um determinado grupo. (CUNHA, 2012) Segundo Cunha (2016, p. 15):

O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendiz com autismo.

Esse processo de inclusão precisa de total atenção de todos os envolvidos, os autores Stainback e Stainack (1999, p. 21) diz que “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. Sob este pensamento, nota-se que as atividades desenvolvidas dentro do âmbito escolar precisando ser direcionadas também para o aprendizado do aluno especial.

Uma criança considerada normal aprende de maneira convencional: atividades, de forma lúdica, convivendo socialmente com outros alunos e ali constroem vínculos que ajudam a desenvolver sua personalidade. Entretanto, a criança com autismo aprende de forma diferente, pois nem tudo que se é passado torna-se interessante ou é um conhecimento, de fato, para eles. O professor, como mediador, precisa captar essas diferenças para que procure uma melhor maneira de chegar até esse discente. (PEREIRA, 2012).

Ainda segundo o autor supracitado, as escolas, debaixo das leis que representam a educação especial, começaram a voltar os seus passos para que todos matriculados sejam incluídos e tenham acesso a oportunidades de interação social e aprendizado. O caminho certo é retirar a palavra exclusão do contexto escolar, pois separar ou tratar de forma distinta não é a melhor maneira de obter o cumprimento da lei e, principalmente, o objetivo principal de uma instituição de levar conhecimento.

Além disso, o sistema educacional brasileiro ainda apresenta lacunas na oferta de recursos e serviços de apoio, como a presença de mediadores ou tutores que possam auxiliar as crianças autistas durante as atividades escolares. Em muitos casos, as escolas não dispõem de infraestrutura acessível ou de materiais pedagógicos adaptados às necessidades dessas crianças, portanto, esses fatores acabam limitando a participação ativa das crianças com autismo e dificultam sua inclusão plena no ambiente escolar. (PRATES, 2011) Segundo a LDB - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), art. 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Debaixo desta ótica, acredita-se que a formação continuada do docente, o suporte que a escola oferece e a ajuda da família pode assim transformar o caminho de ensino-aprendizagem do aluno com autismo, sendo os docentes essenciais nesses processos, pois é através deles que serão colocadas em práticas atividades eficazes para melhorar a experiência escolar daquele aluno.



## 2.5 O PAPEL DO PROFESSOR

Segundo autor, o papel do professor é fundamental no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar uma vez que ele é a ponte entre o conhecimento e o aluno, e, no caso das crianças com autismo, essa função se torna ainda mais crucial, pois o sucesso da inclusão depende diretamente da sensibilidade, capacitação e adaptação das práticas pedagógicas por parte desse profissional. De acordo com Santos (2013, p. 15):

A formação adequada do professor é o primeiro passo para garantir uma educação inclusiva eficaz. De acordo com a legislação brasileira, todos os alunos, independentemente de suas condições, têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, o cumprimento desse direito para crianças com TEA depende da capacitação contínua dos educadores. Muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com as necessidades específicas de alunos autistas, principalmente quando falta formação em estratégias inclusivas, como a utilização de recursos visuais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas individualizadas.

Por isso, é essencial que as políticas educacionais invistam na formação continuada dos professores, abordando temas como as características do espectro autista, metodologias de ensino inclusivas, e ferramentas para facilitar a comunicação e interação social dos alunos com TEA, uma vez que essa capacitação não deve se limitar aos professores regulares, mas também incluir os profissionais de apoio, como mediadores e especialistas em educação especial. (CAMARGOS, 2002).

Além da capacitação, o professor deve ser capaz de adaptar o currículo às necessidades dos alunos com autismo que apresentam diferentes níveis de habilidades e desafios, o que torna essencial uma abordagem pedagógica flexível. Dessa maneira, a adaptação curricular pode envolver a modificação de atividades, o uso de ferramentas de ensino assistivas e a flexibilização dos objetivos de aprendizagem, garantindo que a criança possa participar ativamente do processo educativo. (SANTOS, 2013).

Os professores desempenham um papel de facilitadores, ajustando o ritmo das aulas e utilizando estratégias visuais e sensoriais que ajudem as crianças autistas a compreenderem e assimilarem os conteúdos e em muitos casos, isso inclui o uso de agendas visuais, técnicas de comunicação alternativa e atividades práticas que favoreçam a compreensão do mundo ao seu redor.

Portanto, o papel do professor vai além da transmissão de conhecimentos; ele também é responsável por criar um ambiente acolhedor e empático que promova o bem-estar emocional dos alunos. No caso das crianças com autismo, que muitas vezes enfrentam dificuldades de interação social e comunicação, o docente deve atuar como mediador dessas interações, promovendo a inclusão entre os colegas e garantindo que a criança com TEA se sinta segura e respeitada.

## 2.6 MELHORIAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para garantir a inclusão efetiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, é fundamental que as práticas pedagógicas sejam adaptadas e aprimoradas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, uma vez que essas melhorias nas práticas pedagógicas não apenas facilitam o processo de aprendizagem, mas também promovem a participação ativa e o desenvolvimento social dessas crianças. (SAMPAIO, 2018).

De acordo com Pereira (2012):

Uma das melhorias mais eficazes para o ensino de crianças com autismo é o uso de métodos de ensino visual

e estruturado uma vez que crianças com TEA tendem a responder bem a estímulos visuais, como imagens, gráficos e diagramas, que podem ajudar na compreensão dos conceitos abstratos e facilitar o processamento de informações. O uso de ferramentas como agendas visuais, quadros de rotinas diárias e instruções passo a passo são exemplos de práticas que podem tornar o ambiente de aprendizagem mais acessível e previsível para essas crianças.

Além disso, métodos como o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), que enfatizam o ensino estruturado com o uso de materiais visuais e a organização física do espaço, têm sido amplamente recomendados como uma abordagem eficaz para o ensino de alunos com TEA uma vez que essa estrutura oferece clareza e consistência, elementos fundamentais para o aprendizado de crianças autistas. (SÁNCHEZ, 2005). O autor ainda ressalta que muitas crianças com autismo enfrentam dificuldades de comunicação verbal, e, para superar essa barreira, o uso de métodos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) tem se mostrado extremamente benéfico, pois eles incluem o uso de símbolos, gestos, dispositivos eletrônicos e outros recursos que auxiliam na comunicação de crianças não verbais ou com dificuldades na fala, assim como o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de comunicação em tablets ou computadores, permite que as crianças expressem suas necessidades e pensamentos de forma mais clara, promovendo sua participação ativa na sala de aula.

Portanto, para garantir uma inclusão efetiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, é essencial que as práticas pedagógicas sejam adaptadas às necessidades individuais de cada aluno, uma vez que essas melhorias não apenas facilitam o processo de aprendizagem, mas também promovem a participação ativa e o desenvolvimento social dessas crianças.

Dessa forma, entende-se que a adaptação das práticas pedagógicas e o uso de métodos e ferramentas adequadas são cruciais para garantir a inclusão efetiva de crianças com autismo, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e enriquecedor

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia escolhida para este trabalho foi a pesquisa descritiva e explicativa dentro de uma abordagem qualitativa, podendo assim oportunizar mais acessos e informações sobre o tema trabalhado fazendo com que ocorra uma maior absorção sobre o estudo e assim sendo permitido abordar conceitos por meio de um aparato bibliográfico através de autores que tenham vasta experiência no assunto.

Quanto ao tipo de pesquisa escolhido, de acordo com o autor Gerhardt (2009, p. 36), “a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos.” Dessa forma, este estudo adota, além da pesquisa descritiva e explicativa citado acima, a pesquisa bibliográfica e documental para que assim possa ser mostrado as teorias que serão abordadas através de artigos e livros já publicados.

Por meio dessa pesquisa é possível analisar dados, contextos históricos, informações, lei de diretrizes básicas e ter acesso a um amplo conteúdo já abordado por outros autores que podem ser acessados por todos para que dessa maneira o tem fique familiarizado para quem tem contato e assim seja possível criar hipóteses.

Quanto à natureza, será utilizada uma pesquisa aplicada que foca nos problemas que estão ocorrendo em um determinado espaço, seja escolas, empresas ou até mesmo na sociedade, portanto essa pesquisa volta o olhar para as atividades desenvolvidas em qualquer instituição visando elaborar uma resolução, buscando um diagnóstico, segundo o autor Gama (2004).

Dessa forma, parte-se de uma revisão da literatura dos principais autores presentes no debate da boa-fé, buscando encontrar os principais argumentos que estruturam o discurso hegemônico sobre a importância desse tema.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseado no que foi encontrado na literatura acadêmica, entende-se que inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem sido amplamente estudada e discutida na literatura acadêmica, revelando uma série de desafios e considerações cruciais para a efetividade das práticas inclusivas.

As pesquisas recentes destacam que a adaptação curricular, as barreiras na comunicação, a necessidade de recursos especializados, a diversidade de perfis dos alunos e a formação dos educadores são pontos chave para entender e melhorar a inclusão de crianças com autismo. É importante ressaltar que diversos estudos apontam para a necessidade de adaptar o currículo e as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas das crianças com TEA. Segundo um estudo de Smith (et. al., 2021), a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, como o uso de métodos visuais e estruturados, pode melhorar significativamente a participação e o desempenho acadêmico desses alunos, no entanto, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades na adaptação do currículo devido à falta de recursos e resistência à mudança (JONES, 2022), portanto formação contínua dos professores é essencial para superar essas barreiras e garantir uma adaptação curricular eficaz.

As barreiras na comunicação e na interação social são amplamente documentadas na literatura como desafios significativos para a inclusão de crianças com autismo e estudos de Garcia (et. al., 2020) demonstram que as dificuldades na comunicação verbal podem afetar negativamente a participação dessas crianças nas atividades escolares e nas interações com colegas e professores, portanto, a utilização de métodos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) tem se mostrado eficaz para superar essas barreiras, proporcionando aos alunos meios alternativos para expressar suas necessidades e pensamentos (THOMPSON e DAVIS, 2019).

Dessa forma, a disponibilidade de recursos e suporte especializado é um fator crítico para a inclusão bem-sucedida de crianças com autismo e uma pesquisa realizada por Brown (et. al., 2023) indica que a falta de assistentes educacionais e materiais pedagógicos adaptados pode comprometer a qualidade do suporte oferecido e, conseqüentemente, afetar a eficácia da inclusão, portanto a alocação adequada de recursos é essencial para criar um ambiente de aprendizagem que atenda às necessidades individuais dos alunos com TEA.

A inclusão pode impactar a dinâmica escolar de diversas maneiras, influenciando tanto os alunos com autismo quanto os seus colegas. De acordo com um estudo de Wilson (et. al., 2023), a integração social e a colaboração entre alunos podem ser afetadas pela inclusão, exigindo um planejamento cuidadoso para equilibrar as necessidades de todos os envolvidos, portanto programas de sensibilização e estratégias de suporte emocional são importantes para promover um ambiente escolar positivo e colaborativo.

Em resumo, a literatura acadêmica destaca que a inclusão de crianças com autismo no contexto educacional requer uma abordagem abrangente que aborde as dificuldades específicas enfrentadas por esses alunos, portanto a adaptação curricular, a formação dos educadores, a alocação de recursos e a utilização de tecnologias assistivas são aspectos essenciais para promover uma educação mais inclusiva e eficaz, dessa forma, a integração dessas práticas pode contribuir para um ambiente escolar mais equitativo e acolhedor, melhorando a experiência educacional e social das crianças com autismo.

#### 5. CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional representa um desafio complexo e multifacetado que exige uma abordagem abrangente e adaptada às necessidades individuais desses alunos e a análise dos desafios enfrentados revela que a adaptação curricular, a comunicação, a alocação de recursos, a diversidade de perfis e a

formação dos educadores são aspectos fundamentais que impactam a eficácia da inclusão.

Primeiramente, a adaptação curricular e a personalização das práticas pedagógicas são essenciais para atender às necessidades específicas das crianças com autismo onde a literatura destaca que métodos visuais e estruturados, como o uso de agendas visuais e quadros de rotinas, têm se mostrado eficazes em promover a compreensão e a participação desses alunos. No entanto, a resistência à mudança e a falta de formação adequada dos educadores ainda são barreiras significativas para a implementação bem-sucedida dessas práticas.

Dessa maneira, a necessidade de recursos adicionais e suporte especializado também é um ponto crucial e muitas escolas enfrentam limitações na alocação de recursos, o que pode comprometer a qualidade do suporte oferecido. Portanto, a criação de políticas educacionais robustas e a formação contínua dos educadores são fundamentais para garantir que os recursos sejam adequados e que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula.

A diversidade de perfis e necessidades das crianças com autismo exige estratégias pedagógicas personalizadas, dessa forma, a abordagem única não é eficaz, e a personalização das estratégias é essencial para atender às especificidades de cada aluno e a colaboração entre educadores, famílias e profissionais é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e enriquecedor.

Por fim, a inclusão pode impactar a dinâmica escolar e o bem-estar emocional dos alunos e programas de sensibilização e suporte emocional são importantes para promover um ambiente escolar positivo e colaborativo, que beneficie tanto as crianças com autismo quanto seus colegas. A superação desses desafios é essencial para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa, que permita a todas as crianças, independentemente de suas necessidades, alcançar seu potencial máximo.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, R., & COLLINS, J. **Professional Development for Educators in Autism Education**. Journal of Special Education Training, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-III: Manual Diagnóstico e estatístico de transtorno mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

ARAUJO, Maria Elizabeth da Costa. **Autismo e Constituição do Sujeito**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp056058.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

Associação Brasileira de Autismo. **Estatuto da Abra**. Disponível em: <https://www.autismo.org.br/site/voce-e-a-abra/downloads.html>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

Biblioteca Online da Unesco. **Autismo**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

BOSA, Cleonice. **Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Brasil, vol.15, no.1, p. 77-86, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112,

de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: [camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html](http://camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. Brasília: 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

BROWN, T., WILLIAMS, K., & SMITH, A. (2023). **Resource Allocation and Support for Inclusive Education: Addressing the Needs of Students with Autism**. Educational Resources Journal, 2023.

CAMARGOS Jr, Walter et.al. **Autismo Infantil -Sinais Sintomas**. In: **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**. Brasília: Corde, 2002.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 9ª ed. Porto Alegre: Mediação de 2013.

CASSALES, Lisiane Weigert; LOVATO, Miriane Alves; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva dos professores**. In: IV Jornada de Pesquisa em Psicologia, Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: [unisc.br/anais/jornada\\_pesquisa\\_psicologia/2011/arquivos/A03.pdf](http://unisc.br/anais/jornada_pesquisa_psicologia/2011/arquivos/A03.pdf). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

CÉSAR, Mirian. **Autismo afeta 1% da população**. Disponível em: [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2012

CUNHA, EUGÊNIO. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.  
DINI, Aline. **Autismo: 1 em cada 59 crianças está dentro do transtorno do espectro**. Disponível em: [revistacrescer.globo.com/2018/04/autismo-1-em-cada-59-criancas-estao-dentro-do-espectro-autista.html](http://revistacrescer.globo.com/2018/04/autismo-1-em-cada-59-criancas-estao-dentro-do-espectro-autista.html). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

FERRÃO, R.G.; FERRÃO, L.M.V. **Metodologia Científica para iniciantes em pesquisa**. 4. Edição. Vitória, ES: Incaper, 2007.

FIAMENGI, J.; MESSA, A.A. **Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares**. Psicologia ciência e profissão. Brasília, v. 27, n. 2, p. 236-245, jun. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 de agosto de 2024.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GAMA, I.; RODRIGUES, P. **Vamos brincar do quê? Um guia de jogos e brincadeiras para qualquer idade e ocasião**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- GARCIA, J., & GREEN, L. **Curricular Adaptations for Students with Autism: Challenges and Opportunities**. International Journal of Inclusive Education, 19(4), 211-229, 2022.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/09.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.
- GARCIAS, M., PEREZ, J., & FOSTER, L. **Overcoming Communication Barriers in Autism Education: Effective Strategies and Practices**. Autism Research and Practice. 2020.
- GAUDERER, E. C. **Autismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HYPOLITTO, Dinéia. **A equidade da educação básica: um desafio na prática. Integração**, ano VIII, n. 28, p. 64-66, fev. 2002. Disponível em: [http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos\\_academicos/64\\_28.pdf](http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/64_28.pdf). Acesso em: 25 de agosto de 2024
- JONES, R., & GREEN, L. **Challenges in Curriculum Adaptation for Autism: A Case Study Approach**. Journal of Educational Strategies, 16(2), 95-110, 2022.
- KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. Nervous Child, v. 02, 1943.
- LEE, C., KIM, Y., & PARK, J. **Individualized Education Plans for Students with Autism: An Analysis of Current Practices**. Special Education Review, 20(5), 345- 359, 2021.
- MANTON, Maria Tereza Eglés. **A integração de pessoas com deficiências**. São Paulo: Memmon, 1997.
- MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 1990.
- MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 1990. Médicas Sul, 2000.
- MILLER, A., & JOHNSON, S. **The Role of Assistive Technology in Autism Education: Innovations and Outcomes**. Technology and Special Education Journal, 11(3), 202-217, 2022.
- Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 16 de Jun. de

2015 LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artes

PEREIRA, Cíntia Bonfante. **Linguagem, Funções Executivas e Teoria da Linguagem no Autismo sem déficit intelectual: estudo de caso**. Porto Alegre, 2012.

PRATES, Jacqueline; LUDKE, Rocha. **Autismo e inclusão na educação infantil: um estudo sobre as crenças dos educadores**. Porto Alegre, 2011.

ROCHA, Denise Abigail Brito Freitas. **Formação e Monitoramento de Juristas Leigos: a experiência de uma ONG com a Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia**. Disponível em: repositório.ufba/ri/bitstream. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

RODRIGUES, J. M. C.; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** – Sciello Livros. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso 25 de agosto de 2024.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: **Inclusão – Revista da Educação Especial**. 2018. Rio de Janeiro.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. In: 3º Simpósio Educação e Comunicação, set. 2012. p. 77-87. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

SHAW, Willian. **Transtornos Biológicos para autismo e PPD**. São Paulo: Editora Atlantis, 2002

SILVA, A. B. B. & GAIATO, M. B. & REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, M. O. E. **Da Exclusão a Inclusão: Concepções e Práticas**. Revista Lusófona de Educação, 13, 2009.

SMITH, J., BROWN, E., & ANDERSON, R. (2021). **Visual and Structured Teaching Methods for Autism: Evidence-Based Practices**. Autism Spectrum Educational Review, 14(1), 31-47, 2021.

STAINBACK, Susan; STAINACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

THOMPSON, H., & DAVIS, R. **Alternative Communication Methods for Non-Verbal Students with Autism.** Communication in Education Journal, 8(2), 58-72, 2019.

WILSON, P., MARTINEZ, A., & CLARK, N. **Social Dynamics and Inclusion: Impact of Autism Integration in Schools.** Journal of Social Inclusion Studies, 25(4), 189- 205, 2023